Polarização e Projeção na Política: Apontamentos Sobre as Capacidades Deliberativas dos Adolescentes

Polarization and Projection in Politics: Notes on the Deliberative Capacities of Adolescents

Polarización y proyección en política: notas sobre las capacidades deliberativas de los adolescentes

Vitor José Braga Mota Gomes
Universidade Federal de Alagoas
Brasil

Tatiana Aneas
Universidade Federal de Sergipe
Brasil

Abstract: This article analyzes the perceptions of high-school students in Sergipe regarding online political discussions, aiming to understand their readiness and limitations for deliberation in digital environments. A content analysis of 47 interviews revealed that adolescents navigate the unique social dynamics of social-media platforms in their deliberations, balancing a desire for open dialogue with challenges posed by aggressive interactions and generational conflicts. Their experiences highlight the need for supportive environments to foster constructive political discussions and underscore the role of civic education in this process.

Keywords:
Political deliberation, social media, adolescents, online participation

Resumo: Este artigo analisa as percepções de estudantes do ensino médio em Sergipe sobre discussões políticas *online*, com o objetivo de compreender suas disposições e limitações para a deliberação no ambiente digital. Foi feita análise de conteúdo de 47 entrevistas, explorando como os adolescentes lidam com dinâmicas sociais próprias das plataformas de mídias sociais em suas deliberações, equilibrando o desejo de um diálogo aberto com os desafios impostos por interações agressivas e conflitos geracionais. Suas experiências ressaltam a importância de ambientes de apoio para promover discussões políticas construtivas e o papel da educação cidadã neste processo.

Palavras-chave:
Deliberação política, mídias sociais, adolescentes, participação online

Resumen: Este artículo analiza las percepciones de estudiantes de educación secundaria en Sergipe sobre las discusiones políticas en línea, con el objetivo de comprender sus disposiciones y limitaciones para la deliberación en el entorno digital. El análisis de contenido de 47 entrevistas revela que los adolescentes gestionan las dinámicas sociales propias de las plataformas de redes sociales en sus deliberaciones, equilibrando el deseo de un diálogo abierto con los desafíos que suponen las interacciones agresivas y los conflictos generacionales. Sus experiencias subrayan la importancia de contar con entornos de apoyo que promuevan discusiones políticas constructivas y el papel de la educación ciudadana en este proceso.

Palabras clave:
Deliberación política, redes sociales, adolescentes, participación en línea

1. Introdução

A participação política de adolescentes em ambientes digitais tem se tornado um fenômeno cada vez mais relevante, especialmente diante da expansão das plataformas *online* como espaços de discussão e mobilização. Dados da pesquisa TIC Domicílios 2024 indicam que a faixa etária de 16 a 24 anos representa o grupo com maior presença na internet no Brasil, atingindo 98% desse estrato. Por outro lado, um estudo de 2021 do Instituto Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (IPEC Inteligência, 2021) revelou que 83% dos jovens brasileiros avaliam as discussões políticas nas mídias sociais como agressivas e marcadas pela intolerância. Devido ao receio de sofrerem cancelamento, 59% desse público evita participar de debates políticos *online*. A coexistência desses achados sugere que, embora jovens e adolescentes estejam amplamente presentes nas ambiências digitais, eles não as percebem como espaços propícios para o debate de temas políticos.

Embora haja tal percepção —sobretudo de que o debate político possa ser marcado por violência—, as mídias sociais desempenham um papel central na construção de uma esfera de diálogo político (Gomes, 2018). Estas se consolidaram como um importante palco contemporâneo para a discussão de temas socialmente relevantes, configurando-se como uma nova esfera pública (Habermas, 2023), apesar de todas as suas contradições. Ainda que as plataformas possam ser vistas como espaços de participação superficial e propícios a

manifestações antidemocráticas, polarizadas ou incivilizadas (Papacharissi, 2004), também é possível reconhecer seu potencial como arenas de debate ampliado e qualificado, especialmente para adolescentes em processo de formação cidadã.

Neste contexto, é fundamental compreender como se desenvolvem as competências para o exercício da cidadania entre os adolescentes, entre elas, as capacidades para participar de um debate, presencial ou online. Embora sejam normativamente orientadas para o consenso e a busca do bem comum, sabe-se que experiências de deliberação podem gerar discussões mais ou menos acaloradas, ou mesmo agressivas.

Este artigo tem como objetivo investigar sob quais condições esses adolescentes se envolvem em discussões políticas online, buscando compreender os elementos que motivam ou inibem sua participação. A pesquisa parte do pressuposto de que a dinâmica das interações digitais, somada às características da juventude contemporânea, configura um cenário complexo que merece atenção acadêmica e prática.

Empregamos uma análise de conteúdo categorial para interpretar os dados coletados, permitindo identificar padrões e singularidades nas formas de participação política dos adolescentes. O corpus reúne entrevistas com adolescentes de escolas públicas de Sergipe. Apresentamos aqui um recorte de um estudo maior, que adota uma abordagem exploratória e combina métodos como etnografia de curto prazo, grupos focais, experimentos de debate *online*.

Esperamos que as discussões apresentadas contribuam não apenas para a compreensão dos fatores que influenciam esse engajamento, mas também para a proposição de ações educativas que qualifiquem as discussões políticas nos contextos formais e informais de aprendizagem —as ambiências digitais e o espaço escolar— fortalecendo a formação cidadã na adolescência.

2. Capacidades deliberativas de adolescentes em ambientes *online*

Uma vez que este trabalho investiga as percepções e formas de participação dos adolescentes em debates políticos *online*, a fim de sugerir estratégias educativas, buscamos ferramentas conceituais em três eixos teóricos: democracia deliberativa, juventude e mídias digitais, e educação midiática.

Os problemas centrais das teorias deliberativas dizem respeito às formas e possibilidades do debate público nas sociedades complexas e ao seu potencial de fortalecimento da democracia. Com base em Habermas, Chambers (2003) define deliberação como “debate e discussão com o objetivo de produzir opiniões razoáveis e bem informadas

nas quais os participantes estão dispostos a revisar preferências à luz da discussão, novas informações e reivindicações feitas por outros participantes" (p. 309).

A concepção de democracia deliberativa aqui adotada considera, por um lado, os ideais de igualdade e racionalidade como parte de um modelo normativo de debate público e, por outro, sua dimensão agonística (Mouffe, 2006), pressupondo o conflito e a paixão como componentes legítimos do processo democrático. Há que se considerar que a esfera pública descrita por Habermas há mais de seis décadas já estava contaminada pela lógica comercial dos meios massivos, e os espaços de debate plataformizado tendem à formação de "esferas semipúblicas", caracterizadas pela "rejeição das vozes dissonantes e pela inclusão assimiladora das vozes consoantes em seu próprio horizonte de suposto 'saber'" (Habermas, 2023, p. 76).

Pesquisas sobre juventude e deliberação defendem incluir conflito e afetos na educação política. Lo (2017) propõe um modelo baseado na deliberação agonística, que orienta o conflito para formas produtivas de negociação e ação política. Keegan (2021) sugere uma "literacia afetiva crítica" para contemplar outras competências necessárias ao debate público, além dos critérios tradicionais de igualdade, civilidade e razoabilidade. Uma pesquisa com jovens estadunidenses mostrou que os participantes desejam um discurso calmo e civilizado, mas admitem ficar entediados com discussões sem paixão (Peacock e Leavitt, 2016), o que revela a necessidade de considerar a dimensão afetiva e contenciosa dessas experiências.

Devem-se incorporar valores como igualdade de participação, reciprocidade, melhor argumento e bem comum. Isso requer excluir interesses particulares do processo e algum nível de igualdade material e de capacidades deliberativas —desenvolvidas ao longo da vida, na educação formal e no mundo da vida. Para Maia et al. (2024), capacidades deliberativas são a motivação e habilidade de expor pontos de vista com base em razões ponderadas e envolvimento recíproco, de modo inclusivo e respeitoso. Embora o debate mediado por dispositivos digitais tenha particularidades, o desenvolvimento dessas competências é crucial em ambos os contextos.

Nesta pesquisa, a perspectiva deliberacionista se articula com os estudos sobre adolescência e juventude especialmente em dois aspectos. Em primeiro lugar, precisamos considerar que os adolescentes são influenciados pela necessidade de pertencimento e aceitação social, especialmente nas mídias sociais (Valkenburg e Peter, 2013). Essa necessidade pode criar um conflito com os princípios da deliberação, que exigem abertura a perspectivas diversas e disposição para reconsiderar opiniões; quando os adolescentes temem

a exclusão ou a rejeição, podem evitar debates polêmicos ou adotar posições conformistas para se alinhar ao grupo, limitando a pluralidade de vozes necessária para uma deliberação eficaz. Em segundo lugar, Nesi e Prinstein (2015) mostram como as mídias sociais incentivam a comparação social e a busca por validação, o que pode levar à autocensura e à hesitação em expressar opiniões divergentes; esse comportamento é particularmente problemático para a deliberação, que depende da diversidade de perspectivas e da disposição para desafiar ideias estabelecidas.

A adolescência é uma fase crucial para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais fundamentais para a deliberação, como o debate crítico-racional, a reciprocidade e a reflexividade (Graham e Witschge, 2003). No entanto, como aponta Uhls et al. (2014), o ambiente digital pode tanto facilitar quanto dificultar esse desenvolvimento, dependendo de como é utilizado. Nessa perspectiva, é importante integrar a educação deliberativa ao currículo escolar, oferecendo oportunidades para os adolescentes praticarem o debate em ambientes estruturados e mediados. Isso pode incluir simulações de fóruns deliberativos, onde aprendem a ouvir, argumentar e negociar soluções coletivas. Além disso, é importante trabalhar a resiliência emocional, ajudando-os a lidarem com a discordância e a crítica de forma construtiva.

Em linha com pesquisadores do campo da literacia midiática como Livingstone (2009), reconhecemos que são necessárias mais pesquisas para compreender como os adolescentes desenvolvem estratégias para navegar em um ambiente digital cada vez mais inseguro, violento e polarizado, recusando a ideia de que seriam “nativos digitais”, com altas competências auto-desenvolvidas para lidar com esses desafios. Livingstone e Third (2017) afirmam, com farta base empírica, que suas habilidades em geral não ultrapassam a dimensão técnica, e que há lacunas importantes em competências críticas para o uso da rede. Scolari (2018) já apontava que, embora apresentem habilidades técnicas e criativas, o mesmo não acontece com competências éticas na rede. Em pesquisa com jovens portugueses, Matos et al. (2023) mostram que não há relação entre competências digitais desenvolvidas e níveis de participação política online. Embora esses autores não tratem de deliberação diretamente, competências relativas a postura ética e senso crítico nas interações digitais são indispensáveis para se inserir em um debate de forma respeitosa e produtiva. Neste sentido, o trabalho desenvolvido por pesquisadoras como Baptista et al. (2018), Magalhães e Cal (2019) e Maia et al. (2024) articula deliberação e educação, propondo modelos de práticas educacionais para o desenvolvimento de competências deliberativas em escolas brasileiras.

Nossa pesquisa procura contribuir com este debate enfocando aspectos dessas experiências em ambientes digitais.

Assim, acreditamos que compreender as percepções, sentimentos e formas de atuação dos adolescentes sergipanos em relação ao debate político *online* pode contribuir para compor o cenário já esboçado por estudos anteriores, além de auxiliar na formulação de estratégias para a formação de "mentalidades democráticas", como preconiza Paulo Freire (1973). Em sintonia com Dewey (1979, p. 94), assumimos a defesa de uma educação democrática, entendida como ideal de “expansão das aptidões do indivíduo em um desenvolvimento progressivo orientado para fins sociais”.

Embora esta pesquisa esteja ancorada nos estudos sobre deliberação e juventude, é importante também considerar abordagens teóricas que discutem as competências necessárias à atuação crítica em ambientes digitais. Autores como Pérez Tornero e Varis (2010) e Hobbs (2011) destacam que a educação para a cidadania digital exige o desenvolvimento de habilidades técnicas, críticas e participativas, em um ecossistema de informação marcado por excesso, desinformação e disputas de sentido.

Reconhecemos então que plataformas digitais configuram condições de possibilidade para a deliberação juvenil. *Affordances* —visibilidade e validação pública, persistência/replicabilidade e curadoria algorítmica— reordenam incentivos de exposição, pertencimento e confronto (Van Dijck e Poell, 2013), enquanto “públicos afetivos” ajudam a explicar o peso de vínculos e emoções na circulação de argumentos (Papacharissi, 2015). Esse pano de fundo interpreta o diálogo entre deliberação, juventude e educação midiática/informacional.

3. Metodologia

Coletamos dados por meio de 47 entrevistas em profundidade com estudantes do ensino médio da rede pública, em seis municípios sergipanos —de março a maio de 2024—, contemplando distintas realidades socioeconômicas e culturais. As entrevistas, presenciais e semiestruturadas, integraram estudo exploratório mais amplo com etnografia de curto prazo, grupos focais e experimentos de debate *online*.

Os materiais relativos a percepções e comportamentos auto declarados foram submetidos à análise de conteúdo categorial (Sampaio e Lycarião, 2021), guiada por livro de códigos derivado da literatura sobre qualidade deliberativa (Maia, 2023) e da análise exploratória. O procedimento incluiu codificação, construção de categorias e interpretação de

padrões, articulando as vozes dos participantes aos objetivos da pesquisa (Costa e Amado, 2018).

Categorias	**Códigos**	
Percepções sobre agressividade	Motivos	Situações
Temas que gostam/ Temas que não gostam	Animais Aborto Educação Sistema de cotas Desigualdade social Nacionalismo Fake news Racismo Tecnologia Comunismo/socialismo Segurança Transporte público Saúde pública	Direitos da criança e adolescente Saúde mental Gênero Democracia Economia Religião Política partidária Porte de armas Pauta LGBT Estupro Pedofilia Legalização das drogas Pena de morte
Onde debatem/ Onde não debatem	Não debatem Em casa Na escola Nas eleições WhatsApp Twitter/X	Instagram Discord TikTok Online Pessoalmente
Com quem debatem/ Com quem não debatem	Com os pais Com familiares Com colegas	Com professores Com terceiros
Motivações para debater	Se informar/ampliar conhecimento Contato com perspectivas diferentes Desenvolver senso crítico/ opinião própria Expressar opiniões Participação em projetos Interesse pelo assunto	Conflitos Atuação política Indignação Exercer cidadania Lutar por direitos
Como se sentem ao debater	Sentimentos positivos	Sentimentos negativos
Como debatem	Defende seu ponto de vista Tenta entender o outro Aberto para mudar de opinião Compara posicionamentos Desiste do debate	Apresenta argumentos Diálogo respeitoso Não muda de opinião Se exalta Evita discordância

Quadro 1. Categorização criada para a análise de conteúdo. (Fonte: Pesquisa empírica)

O processo envolveu a codificação dos dados, a construção de categorias analíticas e a interpretação dos padrões encontrados, sempre buscando articular as vozes dos participantes

com os objetivos da pesquisa (Costa e Amado, 2018). Essa abordagem metodológica possibilitou uma compreensão aprofundada dos fatores que influenciam a participação política dos adolescentes em ambientes digitais, além de oferecer subsídios para a proposição de ações educativas voltadas à qualificação dessas discussões.

4. Resultados

A análise das entrevistas revelou padrões que ajudam a compreender as condições em que adolescentes participam de debates políticos. Nos tópicos seguintes, discutimos com quem costumam debater e os motivos para evitar certos grupos (4.1), o papel dos afetos e das emoções nos conflitos (4.2), as tensões geracionais que dificultam o diálogo com adultos (4.3), as posturas frente à mudança de opinião (4.4) e as razões para manter convicções firmes mesmo em contextos deliberativos (4.5). Esses resultados destacam tanto limites quanto potencialidades para o desenvolvimento de capacidades deliberativas em ambientes digitais e presenciais.

Cabe observar que, embora os resultados estejam organizados em categorias analíticas, essas dimensões não operam de forma isolada. Há inter-relações entre afetos, posicionamentos ideológicos, relações geracionais e contextos de interação, que configuram ecologias digitais complexas (Fuller, 2005). Essas ecologias são moldadas por fatores técnicos e sociais, como os algoritmos de recomendação, os regimes de visibilidade das plataformas e as normas de pertencimento aos grupos *online*. Tais inter-relações compõem ecologias digitais nas quais regimes de visibilidade e avaliação pública elevam custos reputacionais da discordância, e a curadoria algorítmica tende a reduzir diversidade informacional percebida (Van Dijck e Poell, 2013).

4.1 Com quem debatem

A deliberação pressupõe a troca de ideias entre indivíduos com perspectivas diversas, mas os adolescentes tendem a se engajar em discussões políticas principalmente com pessoas próximas, sobretudo colegas de escola e amigos. Os entrevistados geralmente discutem sobre política com membros da família, amigos, colegas da escola e, ocasionalmente, com pessoas desconhecidas na internet (Figura 1). Os debates costumam ocorrer presencialmente em casa, na escola, em reuniões familiares e em meios *online*, principalmente no WhatsApp.

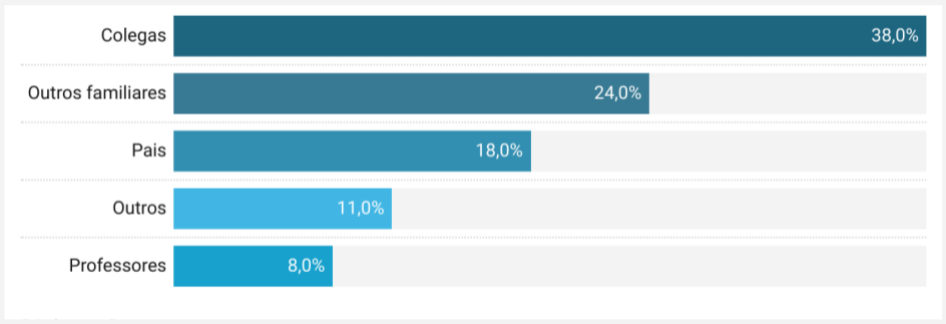


Figura 1. Com quem os adolescentes debatem (percentual de menções) (Fonte: Pesquisa de campo)

Constatamos preferência por debates presenciais —54% mais frequentes que os online—, associados à busca por ambientes seguros para expressão de opiniões. Adolescentes tendem a discutir política com colegas, indicando conforto com perspectivas compartilhadas, e mostram resistência quando percebem desnível de domínio do tema ou receio de contestação agressiva. Isso limita a pluralidade de vozes e reforça visões pré-existentes (Graham e Witschge, 2003; Valkenburg e Peter, 2011). Como exemplo, um entrevistado declarou:

> Com meus amigos, porque eles já sabem que eu não sei me expressar muito bem… Online eu posso buscar uma palavra que esqueci… me sinto mais confortável". (Entrevistada nº 1, Nossa Senhora das Dores. Maio de 2024)

Nas mídias sociais, prevalecem interações entre semelhantes, especialmente em grupos de WhatsApp e em plataformas como Twitter/X e Instagram, o que, somado a agressões e baixa moderação, favorece debates polarizados e pouco construtivos. Isso evidencia a importância dos círculos sociais familiares na promoção do diálogo aberto. Ademais, pudemos perceber alguma resistência para o debate por alguns adolescentes pelo fato de não dominarem o assunto. Um estudante de Aracaju relatou ter dificuldade em debater com um colega com um maior embasamento político, mas afirmou que compartilha suas opiniões com amigos, colegas, professores e familiares, buscando intimidade e liberdade.

Se, por um lado, essa falta de domínio pode ser vista como uma preocupação legítima, por outro, percebe-se que alguns adolescentes evitam debater certos temas por receio de serem contestados ou até rechaçados de forma agressiva. Podemos inferir que tais relatos demonstram uma incapacidade de deliberação em certos ambientes ou grupos sociais por fatores como o medo de se expor e a insegurança sobre temas políticos, mas também pode demonstrar um temor de não se encaixar em sua rede de amigos.

Estudos sobre mídias sociais e identidade, como os de Valkenburg e Peter (2011), destacam como os adolescentes moldam suas opiniões e comportamentos para se adequar às expectativas de seus grupos de referência. O medo de não pertencer a uma rede de amigos pode levar à autocensura e à hesitação em participar de debates.

A escola emerge como um espaço importante para a deliberação, especialmente em debates organizados por professores ou em projetos escolares. Nesses contextos, os adolescentes demonstram maior disposição para ouvir e considerar diferentes pontos de vista, alinhando-se com os princípios da deliberação. Os estudantes geralmente discutem sobre política tanto com colegas como com professores. E embora alguns já tenham sido contestados em suas posições, continuaram engajados nas conversas, especialmente durante aulas de disciplinas que levantam temas políticos.[1]

Embora alguns adolescentes debatam com familiares, há uma evidente dificuldade em dialogar com pessoas mais velhas, especialmente diante de divergências ideológicas. A maioria, no entanto, tem receio de conversar sobre política, especialmente em situações familiares, devido ao medo de conflitos e discordâncias. Alguns evitam discutir por conta de posições extremas de familiares, enquanto outros preferem conversar com amigos, onde há mais abertura para diferentes opiniões. Outros adolescentes sentem que não são ouvidos pela família e preferem não participar de debates políticos para evitar brigas. Eles buscam entender diferentes pontos de vista, mas nem sempre conseguem devido à falta de abertura das outras pessoas para o diálogo.

Nas mídias sociais, os adolescentes tendem a interagir com pessoas que compartilham opiniões semelhantes, especialmente em grupos de WhatsApp ou em plataformas como Twitter/X e Instagram. No entanto, o anonimato e a falta de moderação nessas plataformas frequentemente resultam em debates polarizados e pouco construtivos, distanciando-se dos ideais deliberativos. A polarização política é relatada pelos sujeitos da pesquisa como um fator que dificulta ou mesmo impede o diálogo:

> Eu tenho receio de falar sobre política com a minha família porque o meu pai é bolsonarista e o resto da minha família, os irmãos dele, são petistas. Aí eu prefiro evitar falar por causa do meu pai e da minha mãe também, ela é petista, tipo, eu não sou petista nem bolsonarista, aí eu prefiro evitar dentro de casa. Eu nunca falo. (Entrevistada nº 4, Estância. Maio de 2024)

[1] Em Aracaju foi mencionada a disciplina de Sociologia como propícia a debates na área.

4.2 Afetos

A deliberação requer respeito mútuo, mas conflitos são parte do processo (Mouffe, 2006). Predominaram sentimentos negativos quando os adolescentes debatem política (Figura 2). Relatos indicam preferência por contextos presenciais para evitar agressividade online; a sensação de anonimato facilita desinibição e hostilidade, elevando insegurança de quem é alvo (Kowalski et al., 2014). Para preservar relações, muitos evitam discussões com interlocutores inflexíveis, ainda que isso reduza diversidade de perspectivas.

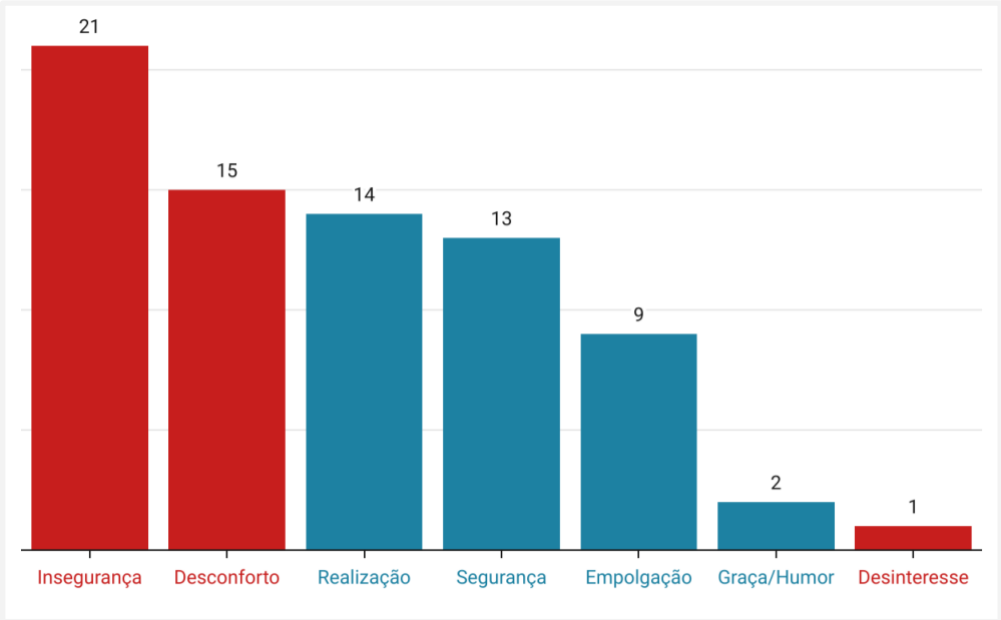


Figura 2. Como os adolescentes se sentem ao debater (menções totais). Em vermelho marcamos os sentimentos negativos, em azul os positivos. (Fonte: Pesquisa de campo)

O comportamento agressivo pode surgir quando há uma falta de reciprocidade no debate, isto é, quando não há um real intercâmbio de argumentos, apenas imposição de opiniões. Graham e Witschge (2003) indicam que o processo de deliberação depende da disposição para ouvir e refletir, e que sem isso, a comunicação pode se tornar conflituosa e improdutiva.

Alguns acreditam ser melhor debater pessoalmente para evitar agressividade, enquanto outros veem na internet uma "terra sem lei" para expressar opiniões sem consequências. Isso sugere que as interações face a face são vistas como mais respeitosas e propícias ao diálogo construtivo, o que pode estar associado à sensação de anonimato que as mídias sociais produzem (Kowalski et al., 2014), garantindo uma segurança para o agressor —e uma insegurança para o agredido, que muitas vezes são os adolescentes.

A sensação de anonimato está diretamente ligada ao fenômeno do *cyberbullying* e da agressão verbal nos meios digitais. Estudos mostram que adolescentes e jovens são particularmente vulneráveis a esses comportamentos, pois o ambiente digital pode encorajar a expressão de hostilidade sem medo de retaliação direta (Kowalski et al., 2014). Em nossa pesquisa, tivemos relatos de entrevistados a respeito da preferência por discussões presenciais para evitar a agressão *online* —o que reflete essa dinâmica.

Muitos entrevistados mencionam a importância de manter um tom cortês e respeitoso durante as discussões, mesmo diante de divergências. Essa postura é essencial para a deliberação, pois permite que diferentes perspectivas sejam consideradas. Para preservar a qualidade do diálogo —e também as relações—, alguns adolescentes preferem evitar discussões com pessoas que demonstram comportamento agressivo ou que não estão dispostas a ouvir opiniões contrárias.

> Tem muita gente que é muito extremista tanto para os dois lados, aí se a gente vai conversar, o que será que essa pessoa vai fazer com a gente? Então, às vezes é melhor evitar, sair e não falar nada. (Entrevistado nº 2, Lagarto. Maio de 2024)

Essa estratégia, embora compreensível, pode limitar a diversidade de perspectivas nos debates e incentivar a auto-censura. Analisando a circulação de discursos no Twitter/X, Papacharissi (2015) propõe que o debate político em ambiente digital se organiza muito mais em torno do pertencimento a grupos —chamados "públicos afetivos"— do que da troca de razões públicas. É possível que este fenômeno esteja afastando os adolescentes do debate público *online*, e o que poderia ser um espaço para o exercício deliberativo se torna algo a ser evitado (Aneas et al., 2024).

Por fim, conforme alguns relatos dos entrevistados, a apresentação de argumentos bem fundamentados, respaldados por fontes confiáveis e evidências sólidas, pareceu desempenhar um importante papel na promoção da qualidade da deliberação nas mídias sociais. Isto porque quando observaram influenciadores do campo da política ancorando suas opiniões em fatos e dados, os adolescentes percebem que esta prática não apenas fortalece a credibilidade de suas posições, mas também contribui para elevar o nível do debate, favorecendo um diálogo menos sujeito a reações emocionais excessivas.

4.3 Conflitos geracionais

A deliberação pressupõe a inclusão de diferentes vozes, mas os adolescentes enfrentam desafios ao tentar dialogar com pessoas mais velhas, especialmente familiares. Esses conflitos geracionais limitam o potencial deliberativo das interações. A análise dos

relatos indica que, quando há abertura familiar para opiniões diferentes, os adolescentes encontram nesse ambiente uma oportunidade valiosa para exercitar suas capacidades deliberativas:

> Eu acho que quando você só concorda você se torna uma massa de manobra, então eu gosto muito de chegar "pai, eu não concordo com tanta coisa que o senhor fala" e aí ele fica "porque você não concorda?" e aí a gente fica debatendo e normalmente é no almoço, são tipo conversas pessoais. (Entrevistada 2, Aracaju. Abril de 2024)

A literatura da área sobre socialização política frequentemente destacava o papel dos pais como agentes primários na formação das opiniões políticas dos adolescentes. Segundo essa perspectiva, os pais seriam referências fundamentais, transmitindo valores, crenças e comportamentos políticos que moldariam a visão dos adolescentes sobre a política. Easton e Dennis (1980) enfatizavam que pais eram os principais influenciadores das atitudes políticas dos adolescentes. Essa visão partia do pressuposto de que os adolescentes internalizavam as opiniões dos familiares por meio de processos de imitação, diálogo e exposição a discussões políticas no ambiente doméstico.

Putnam (2000) argumenta, no entanto, que as mudanças sociais e tecnológicas reduziram a influência da família na socialização política, especialmente com o advento das mídias sociais. Isso não significa que os pais tenham perdido completamente seu papel, mas sim que sua influência está sendo dividida com outros atores sociais[2] e, em alguns casos, desconsiderada.

Muitos entrevistados mencionam que evitam discutir política com familiares mais velhos, especialmente quando há divergências ideológicas. A agressividade e a inflexibilidade de alguns adultos desencorajam a participação dos adolescentes, criando barreiras para a deliberação. Isso reflete uma divisão geracional que complica discussões abertas sobre crenças políticas. Nesse aspecto, mencionam que seus pais tendem a ser agressivos ou inflexíveis em suas opiniões, o que desencoraja o diálogo. Em vez de promoverem a troca de ideias, essas interações frequentemente resultam em conflitos e frustrações. Como efeito, o medo de serem julgados ou ridicularizados por suas opiniões os levam a evitar discussões políticas em contextos familiares.

A falta de empatia pode ser geradora de um conflito geracional. Se os adolescentes percebem que os mais velhos não têm interesse pela escuta, isso cria uma barreira para a deliberação, tornando o diálogo intergeracional mais difícil. Além disso, Graham e Witschge

[2] A exemplo dos influenciadores mencionados por eles, que têm a capacidade de agendar discussões políticas e apresentar vieses no quais eles se associam.

(2003) sugerem que a prática deliberativa exige tempo e paciência, elementos que podem ser comprometidos quando há disparidade de experiências e valores entre gerações.

Sendo assim, a percepção do ambiente familiar enquanto um espaço de transmissão intergeracional de valores políticos, onde os pais desempenhavam um papel central na formação da identidade política dos filhos, parece estar sendo reconfigurada. Os relatos dos adolescentes apontam dificuldades significativas em discutir política —sobretudo com seus pais, especialmente quando há divergências ideológicas.

4.4 Mudanças de opinião

Um dos pilares da deliberação é a disposição para reconsiderar suas próprias opiniões com base no diálogo com o outro. No entanto, os adolescentes demonstram uma postura ambivalente em relação à mudança de opinião. Em debates mais construtivos, especialmente com colegas ou em ambientes escolares, os adolescentes se mostram dispostos a mudar de opinião quando apresentados a argumentos convincentes (Figura 3). Essa abertura é fundamental para a deliberação, pois permite que novas perspectivas sejam incorporadas e as discussões evoluam em direção a soluções ponderadas.

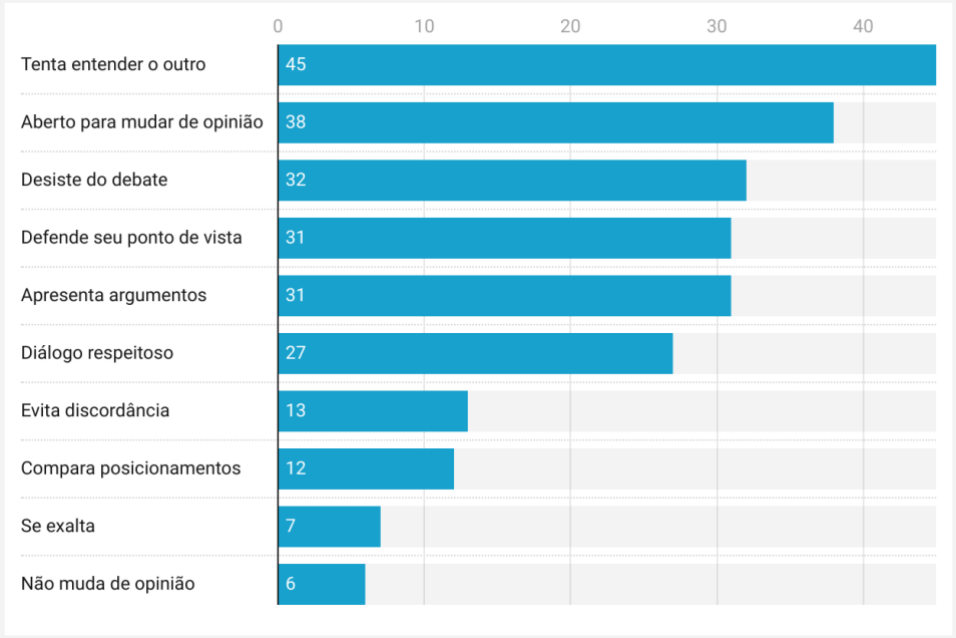


Figura 3. Como os adolescentes debatem (menções totais). (Fonte: Pesquisa de campo)

Um tema recorrente é a percepção de que os outros são resistentes a mudar suas opiniões. Uma entrevistada comentou:

> Eu tento falar com calma, ver o que a pessoa está dizendo, mas muitas vezes a pessoa tem a mente fechada, ela não quer ver. Eu tento mostrar como a opinião está errada, procuro entender o porquê da opinião dela. (Entrevistada 2, Poço Verde. Junho de 2024)

Reconhece-se dificuldade em mudar de perspectiva, frequentemente atribuída aos outros —um efeito de projeção. O receio de não pertencer a grupos torna alguns adolescentes silenciosos ou conformistas (Barros Filho, 1995). Habilidades socioemocionais frágeis intensificam esse temor (Uhls et al., 2014), restringindo participação plena e adoção de posições coerentes com convicções próprias.

O medo de não pertencer também restringe a capacidade dos adolescentes de participar plenamente de deliberações, levando-os a adotar posições que nem sempre refletem suas verdadeiras convicções. Em contraste, em debates *online* ou com pessoas mais velhas, os adolescentes tendem a ser mais resistentes a mudar de opinião. Eles frequentemente atribuem essa inflexibilidade aos outros, especialmente nas mídias sociais, onde a impunidade pode incentivar posturas mais rígidas.

Esse aspecto se relaciona diretamente com a noção de reflexividade discutida por Graham e Witschge (2003). Segundo os autores, a deliberação não é apenas sobre expressar opiniões, mas também sobre reconsiderá-las com base em argumentos racionais. A incapacidade de mudar de opinião revela uma falha na prática deliberativa, pois indica que os participantes não estão dispostos a questionar suas próprias crenças.

Ainda, conforme os relatos dos adolescentes, o que eles entendem como um "fanatismo político" leva à falta de respeito pela opinião alheia, criando um ambiente onde defender um candidato é visto como obrigatório. Como consequência, gera divisões e dificulta a ponderação entre diferentes linhas de pensamento.

4.5 Manutenção de convicções

Observa-se oscilação entre abertura à mudança e manutenção de convicções firmes. Dificuldades surgem quando discussões fogem ao controle por "mente fechada" e desconhecimento (Figura 4). A exposição a câmaras de eco reforça visões polarizadas, dificultando contato com ideias diversas (Habermas, 2023). Em contextos *online*, maior anonimato e potencial para agressividade tornam adolescentes mais defensivos.

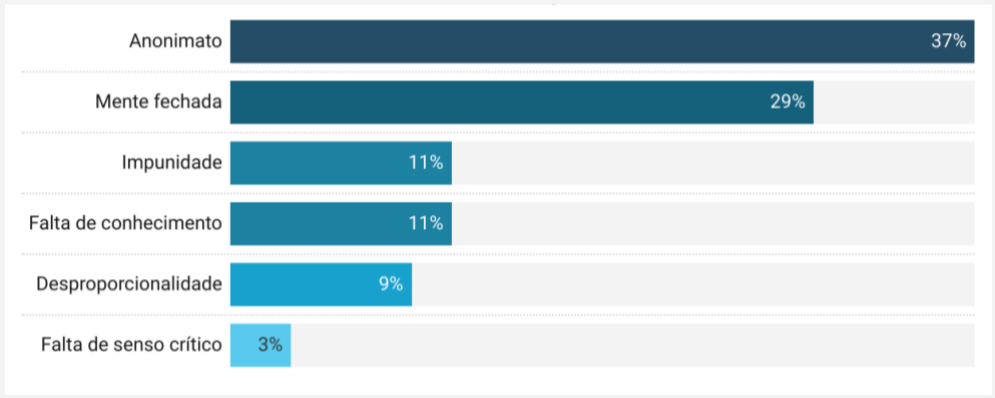


Figura 4. Motivos mais mencionados pelos adolescentes que dificultam a deliberação. (Fonte: Pesquisa de campo)

A percepção de "imaturidade" na deliberação, especialmente no ambiente *online*, representa um desafio entre os adolescentes. Essa imaturidade pode ser atribuída a fatores como o desenvolvimento cognitivo e emocional em andamento, que limita a capacidade de engajar em debates complexos e de considerar perspectivas divergentes. Além disso, as câmaras de eco, criadas por algoritmos que priorizam conteúdo alinhado às crenças pré-existentes, reforçam visões polarizadas e dificultam a exposição a ideias diversas (Habermas, 2023). Esses fatores combinados criam um ambiente propício para comportamentos imaturos, como ataques pessoais, falta de paciência e resistência à mudança de opinião.

Embora alguns adolescentes estejam abertos a mudar suas opiniões, essa disposição depende do contexto. Por exemplo, um deles declarou:

> Eu gosto muito de discutir sobre política... mas depende da pessoa que eu tô discutindo. (Entrevistada 3, Poço Verde. Maio de 2024)

Isso sugere que sua abertura à mudança é influenciada pela dinâmica da conversa e pelos indivíduos envolvidos. Em debates sobre temas polêmicos, como aborto ou porte de armas, os adolescentes tendem a ser mais resistentes a mudar de opinião. Eles frequentemente mencionam que preferem evitar esses temas ou que se sentem desconfortáveis ao debatê-los, o que limita o potencial deliberativo dessas discussões.

A disposição para mudar de opinião também parece ser influenciada pelo ambiente em que o debate ocorre. Em ambientes *online*, onde há maior anonimato e potencial para agressividade, os adolescentes tendem a ser mais defensivos e menos abertos a reconsiderar suas posições.

Além disso, questionamos se a resistência à mudança de opinião está nos adolescentes ou naqueles com quem interagem. Isto porque muitas vezes a incapacidade do outro de mudar de opinião tem relação, na verdade, com a sua própria incapacidade para a mudança.

A esse respeito, estudos atribuem o conceito de projeção psicológica: um mecanismo de defesa no qual indivíduos atribuem a outros características, sentimentos ou comportamentos que eles próprios possuem, mas não reconhecem ou não querem admitir (Baumeister et al., 1998). No contexto dessa pesquisa, os adolescentes podem estar projetando sua própria resistência à mudança de opinião nos outros, acusando-os de terem "a mente fechada".

5. Conclusões

Os resultados mostram que, embora defendam os princípios normativos da deliberação (igualdade, reciprocidade, racionalidade e liberdade), os adolescentes identificam obstáculos inerentes às plataformas digitais —anonimato, impunidade e ausência de espaços voltados ao entendimento— e preferem debater presencialmente com colegas de mesma idade, sobretudo em contexto escolar. Nessas interações copresentes, adotam estratégias de contenção de conflitos, como diálogo respeitoso e argumentos embasados; contudo, mesmo em debates controlados (presenciais ou em grupos de WhatsApp) as discussões afastaram-se dos ideais deliberativos, evidenciando limitações de regulação emocional e competência argumentativa.

O ambiente *online* intensifica agressividade e falta de empatia (Anderson et al., 2018). O medo de julgamento público, aliado ao desejo de aceitação, gera autocensura, alinhamento a opiniões dominantes e evasão de temas polêmicos. Essa dinâmica é reforçada pela comparação social constante que as redes propiciam (Valkenburg e Peter, 2013) e pela avaliação de valor pessoal via curtidas e comentários (Nesi e Prinstein, 2015). Consequentemente, muitos adolescentes evitam expressar convicções genuínas, comprometendo a diversidade de perspectivas que sustenta a deliberação democrática.

Observou-se ainda um “efeito de projeção” em três níveis: (1) declarar-se aberto ao diálogo enquanto atribui inflexibilidade aos outros; (2) reconhecer toxicidade como problema alheio, sem responsabilizar-se por possíveis escaladas; e (3) imputar conflitos geracionais aos adultos, ignorando a própria rigidez comunicativa. Esse mecanismo de defesa contribui para a fragmentação do debate e dificulta a autocrítica necessária ao aprimoramento deliberativo.

Para desenvolver capacidades deliberativas, torna-se imperativo criar ambientes — presenciais e digitais— que combinem suporte socioemocional, mediação qualificada e incentivo à escuta ativa. A escola destaca-se como espaço privilegiado para exercícios estruturados de debate, permitindo que os adolescentes pratiquem mudança de perspectiva, regulação de afeto e argumentação baseada em evidências. Paralelamente, políticas públicas e

maior responsabilização das plataformas são indispensáveis para conter os efeitos do capitalismo de vigilância (Zuboff, 2020) e reduzir incentivos a interações polarizadas.

Não mapeamos variáveis técnicas de plataforma nem as codificamos sistematicamente. À luz da literatura, porém, métricas públicas, persistência dos enunciados e lógicas algorítmicas provavelmente interferem nas disposições juvenis para a deliberação. Pesquisas futuras podem integrar indicadores da ecologia digital a protocolos qualitativos e articular educação midiática e informacional —análise de fontes, governança da atenção e regulação afetiva— para testar se tais competências moderam efeitos de pertencimento grupal e pressão reputacional.

Concluímos que a educação midiática crítica é condição necessária, embora não suficiente, para fortalecer práticas deliberativas juvenis. Intervenções futuras devem integrar treinamento em regulação emocional, técnicas de argumentação e análise da influência algorítmica sobre a visibilidade de vozes divergentes. Pesquisas subsequentes podem testar essas propostas em diferentes contextos sociotécnicos, avaliando se favorecem participação política mais inclusiva, reflexiva e resiliente às pressões de conformidade e exclusão típicas das mídias sociais.

6. Referências bibliográficas

Anderson, C. A., e Bushman, B. J. (2018). Media Violence and the General Aggrehabermasssion Model. *Journal of Social Issues*, *74*(2), 386-413. https://doi.org/10.1111/josi.12275

Aneas, T., Braga, V., Flexor, C., e Becker, B. (2024). Comportamentos tóxicos na perspectiva dos adolescentes: A política e a "militância" nas mídias sociais. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, 47*. https://doi.org/10.1590/1809-58442024126pt

Baptista, É., Gomes, P., e Bezerra, R. (2018). Comunicação política e educação: Desenvolvimento de capacidades deliberativas entre jovens da rede pública de ensino no Brasil. *Comunicação & Inovação, 19*(41), 149-166. https://doi.org/10.13037/ci.vol19n41.5520

Barros Filho, C. (1995). *Ética na comunicação: Da informação ao receptor*. Moderna.

Baumeister, R. F., Dale, K., e Sommer, K. L. (1998). Freudian defense mechanisms and empirical findings in modern social psychology. *Journal of Personality, 66*(6), 1081-1124. https://doi.org/10.1111/1467-6494.00043

Chambers, S. (2003). Deliberative democratic theory. *Annual Review of Political Science, 6*, 307–326. https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.6.121901.085538

Costa, A., e Amado, J. (2018). *Análise de conteúdo suportada por software*. Ludomedia.

Dewey, J. (1979). *Democracia e educação: Introdução à filosofia da educação* (4ª ed.). Companhia Editora Nacional.

Easton, D., e Dennis, J. P. (1980). *Children in the political system: Origins of political legitimacy*. McGraw-Hill.

Fuller, M. (2005). *Media ecologies: Materialist energies in art and technoculture*. MIT Press.

Gomes, W. (2018). *A democracia no mundo digital: História, problemas e temas*. Edições Sesc.

Graham, T., e Witschge, T. (2003). In search of online deliberation: Towards a new method for examining the quality of online discussions. *Communications, 28*(2), 173-204. https://doi.org/10.1515/comm.2003.012

Habermas, J. (2023). *Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa* (D. L. Werle, Trad.). Editora Unesp Digital.

IPEC Inteligência. (2021). *Pesquisa Avaaz/Fundação Tide Setubal sobre democracia e eleições 2021*.

Keegan, P. (2021). Critical affective civic literacy: A framework for attending to political emotion in the social studies classroom. *The Journal of Social Studies Research, 45*, 15–24. https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0885985X20300310

Kowalski, R. M., Giumetti, G. W., Schroeder, A. N., e Lattanner, M. R. (2014). Bullying in the digital age: A critical review and meta-analysis of cyberbullying research among youth. *Psychological Bulletin, 140*(4), 1073-1137. https://psycnet.apa.org/record/2014-04307-001

Hobbs, R. (2011). *Digital and media literacy: Connecting culture and classroom*. Corwin.

Livingstone, S. (2009). *Children and the Internet*. Polity.

Livingstone, S., e Third, A. (2017). Children and young people's rights in the digital age: An emerging agenda. *New Media & Society, 19*(5), 657-670. https://doi.org/10.1177/1461444816686318

Lo, J. (2017). Empowering young people through conflict and conciliation: Attending to the political and agonism in democratic education. *Democracy & Education, 25*(1). https://democracyeducationjournal.org/home/vol25/iss1/2/

Magalhães, S., e Cal, D. (2019). Deliberação e Comunicação: Aproximações conceituais para a criação de capacidades deliberativas em escolas. *Aturá – Revista Pan-Amazônica de Comunicação*, *3*(1), 48-65. https://doi.org/10.20873/uft.2526-8031.2019v3n1p48

Maia, R. C. M. (Ed.). (2023). *Métodos de pesquisa em comunicação política*. Edufba.

Maia, R. C. M., Hauber, G., Cal, D., e Veloso Leão, A. (2024). Desenvolvendo capacidades para a comunicação democrática: Uma abordagem integrada de ensino baseada na deliberação. *Comunicação & Educação, 29*(1), 43-64.

Matos, T., Kubrusly, A., e Batista, S. (2023). Participação política online e competências digitais: Um estudo de caso com jovens universitários. *Medi@ções, 11*(2), 145-163.

Mouffe, C. (2006). Por um modelo agonístico de democracia. *Revista de Sociologia e Política, 25*, 165–175. https://doi.org/10.1590/S0104-44782005000200003

Nesi, J., e Prinstein, M. J. (2015). Using social media for social comparison and feedback-seeking: Gender and popularity moderate associations with depressive symptoms. *Journal of Abnormal Child Psychology, 43*(8), 1427-1438. https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC5985443/

Papacharissi, Z. (2015). Affective publics and structures of storytelling: sentiment, events and mediality. *Information, Communication & Society*, *19*(3), 307-324. https://doi.org/10.1080/1369118X.2015.1109697

Papacharissi, Z. (2004). Democracy online: Civility, politeness, and the democratic potential of online political discussion groups. *New Media & Society, 6*(2), 259–283. https://doi.org/10.1177/1461444804041444

Peacock, C., & Leavitt, P. A. (2016). Engaging young people: Deliberative preferences in discussions about news and politics. *Social Media + Society, 2*(1), 1-11. https://doi.org/10.1177/2056305116637096

Pérez Tornero, J. M., e Varis, T. (2010). *Media literacy and new humanism*. UNESCO Institute for Information Technologies in Education.

Putnam, R. D. (2000). *Bowling alone: The collapse and revival of American community*. Simon & Schuster.

Sampaio, R., e Lycarião, D. (2021). *Análise de conteúdo categorial: Manual de aplicação*. ENAP.

Treem, J. W., e Leonardi, P. M. (2012). Social media use in organizations: Exploring the affordances of visibility, editability, persistence, and association. *Communication Yearbook*, 36, 143-189.

Uhls, Y. T., Michikyan, M., Morris, J., Garcia, D., Small, G., Zgourou, E., e Greenfield, P. M. (2014). Five days at outdoor education camp without screens improves preteen skills with nonverbal emotion cues. *Computers in Human Behavior, 39*, 387-392. https://doi.org/10.1016/j.chb.2014.05.036

Van Dijck, J., e Poell, T. (2013). Understanding social media logic. *International Journal of Communication*, 7, 314-335. https://www.cogitatiopress.com/mediaandcommunication/article/view/70/60

Valkenburg, P. M., e Peter, J. (2013). The differential susceptibility to media effects model. *Journal of Communication, 63*(2), 221-243. https://doi.org/10.1111/jcom.12024

Valkenburg, P. M., e Peter, J. (2011). Online communication among adolescents: An integrated model of its attraction, opportunities, and risks. *Journal of Adolescent Health, 48*(2), 121-127. https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2010.08.020

Zuboff, S. (2020). *A era do capitalismo de vigilância*. Intrínseca.